



**REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES**  
**GOVERNO REGIONAL**  
**Secretaria Regional de Assuntos Parlamentares e Comunidades**

**Correio eletrónico:**

[rvieira@alra.pt](mailto:rvieira@alra.pt); [arquivo@alra.pt](mailto:arquivo@alra.pt)

**C/c:**

[tmelo@alra.pt](mailto:tmelo@alra.pt); [lvargas@alra.pt](mailto:lvargas@alra.pt)

Sua Excelência

O Presidente da Assembleia Legislativa da  
Região Autónoma dos Açores

Assembleia Legislativa da Região Autónoma  
dos Açores  
Rua Marcelino Lima  
9901- 858 HORTA

S/ Ref.	S/ Data	N/ Ref.	Data
S/26/2025	06/01/2025	SAI-GSRAPC/2025/169	Ponta Delgada,
Proc.º 54.02.03/7/XIII		00.012.004.002	09 de abril de 2025

**ASSUNTO:** REQUERIMENTO N.º 233/XIII (PS) - “MOTIVAÇÃO DA RENÚNCIA DE PEDRO MARQUES AO CARGO DE PRESIDENTE DO HOSPITAL DO SANTO ESPÍRITO DA ILHA TERCEIRA, E.P.E.R”

Em resposta ao requerimento mencionado em epígrafe, subscrito apresentado pelos Senhores Deputados José Miguel Toste, Andreia Cardoso, Berto Messias, Luís Vieira Leal, Carlos Silva, José Eduardo e Marta Matos, do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, sem prescindir quanto ao teor dos considerandos, cumpre-me informar o seguinte:

**“1. Em que data foi comunicada a renúncia do Dr. Pedro Manuel Dias de Figueiredo Pereira Marques ao cargo de Presidente do Conselho de Administração do Hospital do Santo Espírito da Ilha Terceira, E.P.E.R.?”**

A tutela teve conhecimento oficial do pedido de renúncia do Dr. Pedro Manuel Marques no dia 30 de dezembro de 2024.



**REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES**  
**GOVERNO REGIONAL**  
**Secretaria Regional de Assuntos Parlamentares e Comunidades**

***“2. Solicita-se cópia da Carta de Renúncia apresentada, nos termos do artigo 404.º do Código das Sociedades Comerciais, por remissão do n.º 1 do artigo 24.º do Estatuto do gestor público regional da Região Autónoma dos Açores.”***

Cópia da Carta em anexo

Com os melhores cumprimentos,

O Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades

Paulo Jorge Abraços Estêvão

**ANEXO:** O mencionado.

**S.A./E.G.**

Exmo Senhor

Presidente do Conselho do Governo Regional

Dr José Manuel Bolieiro

Angra do Heroísmo, 30 de dezembro de 2024

Excelência,

Nos termos previstos no artigo 24º do Decreto Legislativo Regional nº19/2014/A (Estatuto do Gestor Público Regional), publicado em Diário da República, 1ª Série, nº210, de 30 de outubro, serve a presente comunicação para formalizar a minha **renúncia** ao cargo de Presidente do Conselho de Administração do Hospital de Santo Espírito da Ilha Terceira, E.P.E.R..

Foi uma honra ter servido os Açorianos em geral e os Terceirenses em particular.

Levo comigo boas memórias e sinto orgulho e gratidão pela oportunidade que me foi concedida em setembro de 2022, quando o Senhor Dr Clélio Meneses, à data Secretário Regional da Saúde e Desporto (homem de grandes méritos, visão, rigor e competência) me desafiou. Estive acompanhado de uma equipa no Conselho de Administração competente, focada no utente e com sentido de serviço público, diligente, rigorosa, dedicada, solidária e leal. Expresso-lhes a minha gratidão, bem como aos profissionais do HSEIT, que no dia-a-dia marcaram a nossa relação profissional com valores nobres como a lealdade, a integridade, o sentido ético e de missão, demonstrando dedicação, competência, criatividade, energia e compromisso. A sua resiliência ante as adversidades e dificuldades merece registo, reconhecimento e felicitação. São estas as pessoas a quem agradeço sobretudo, na missão que desempenhei.

Ninguém faz nada sozinho e, lado a lado com os demais membros do conselho de administração, com os diretores de serviço, coordenadores, trabalhadores e prestadores de serviço, fizemos acontecer. Lidámos com adversidades, lutámos contra a escassez de recursos e até, por vezes, contra a incompreensão de alguns. Melhorámos a especialização do HSEIT, atraindo médicos de diversas especialidades, assim como outros profissionais de saúde qualificados e diferenciados, demos resposta positiva ao desafio de aumentar a produção e diversificar a oferta, trabalhámos no sentido de aumentar a acessibilidade e a qualidade, a segurança e a efetividade de cuidados; planeámos a médio e longo prazo, traçámos um caminho de futuro para o nosso hospital e batemo-nos por ele, lutando por uma contínua especialização e sub-especialização, aumentando também as idoneidades formativas; inovámos nos métodos de gestão, privilegiámos o diálogo e a cooperação, reforçámos a formação e a colaboração no ensino, serenámos o ambiente interno, reduzimos a exposição mediática, e focámo-nos no cumprimento da nossa missão.

Fizemos muito, sendo que muito fica – como sempre ficará – por concretizar. A saúde é um setor onde todos os dias é necessário foco, alinhamento, perseverança, determinação e execução.

As condições ideais não existem nunca, embora queiramos sempre operar em clima equilíbrio de paz social e institucional, cumprindo objetivos, em obediência à legislação em vigor, agindo com ética e lealdade, honrando compromissos assumidos. Quando fui desafiado para assumir a função que desempenho, transferindo-me de Bruxelas, onde tinha uma situação profissional estável, para a Ilha Terceira, houve condições que me foram apresentadas e propostas visando o desempenho das minhas funções, as quais acabaram por não ser cumpridas na sua totalidade. Por isso, confesso que sinto alguma desilusão.

Ainda assim, nunca esmoreci e agi sempre com energia, dedicação, frontalidade, rigor e defesa intransigente dos interesses públicos, imune a quaisquer tentativas de pressão ou ingerência. Tive sempre a companhia, solidária e leal, dos meus pares no Conselho de Administração em todas as decisões. Nas horas mais difíceis, soubemos construir posições de consenso e união.

Não obstante o muito que fizemos, há mais condições que carecem ainda de resolução: não foi possível modernizar o regulamento interno do Hospital, nem assistir à alteração do modelo de financiamento, que assegure a sustentabilidade do SRS e das suas instituições no curto, médio e longo prazo. Não sendo esta última uma tarefa que impenda sobre qualquer conselho de administração de entidade pertencente ao SRS, demos o nosso contributo e agitámos positivamente este debate, que falta cumprir no futuro. O atual modelo de financiamento não serve e carece de revisão, de modo a salvaguardar a sustentabilidade do SRS e das suas instituições. Mas mais há por fazer, e sempre haverá, internamente.

Sei desde há muito qual a diferença entre políticas de saúde e política na saúde. Às administrações hospitalares (e das unidades de saúde, em geral) compete planejar, dirigir, executar, monitorizar e avaliar localmente o resultado da sua atuação, em linha com as políticas de saúde, bem como com os planos regional e nacional de saúde. A gestão deve privilegiar a governação da Instituição no cumprimento da sua missão, dirigida aos utentes. Foi, sem falsa modéstia, o que procurei e procurámos fazer sempre.

Em economia os recursos são escassos por definição, e essa é a base da Teoria Económica. Este axioma aplica-se com especial relevância à economia da saúde, pois decorre do dilema permanente de termos desejos humanos praticamente infinitos, num mundo onde os recursos são limitados, sobretudo os financeiros. Por isso, gerir é tomar decisões e fazer escolhas, e estas nem sempre são as mais óbvias, as mais fáceis, ou mesmo as possíveis, ainda que sendo as mais necessárias e/ou recomendáveis. E, não raras vezes, as decisões que temos de tomar, na posse da informação decorrente de quem está na linha da frente da gestão de uma unidade de saúde e conhece as prioridades e compromissos financeiros, nem sempre agradam aos decisores políticos, que poderão preferir diferentes opções de gestão. Algumas destas, ainda que politicamente entendíveis, comportam riscos impactantes na precária estabilidade e paz social existente. O equilíbrio financeiro é, ainda, um objetivo por cumprir.

Excelência,

Comuniquei há meses a intenção que aqui formalizo à senhora Secretária Regional da Saúde e da Segurança Social, concedendo-lhe desse modo tempo suficiente para refletir sobre a necessidade dos meus préstimos para o médio prazo e para poder, se assim o desejasse, transmitir-me um sinal de confiança relativo a uma permanência em funções no termo do presente mandato.

A indefinição quanto ao futuro (não obstante a lata oportunidade para a sua clarificação no sentido de uma continuidade de projeto), o incumprimento de expectativas existentes, e a constatação ainda de dificuldades no relacionamento, que se foram intensificando e chegaram por vezes a revestir forma e conteúdo que não esperaria, consolidaram em mim a ideia de que, abrindo-se nesta fase novos horizontes, deveria considerar proteger o Hospital e a sua estabilidade, pensar nos seus trabalhadores e, sobretudo, nos utentes e na saúde da população que servimos.

Desta reflexão pessoal resultou a decisão de solicitar a cessação de funções no HSEIT, EPER.

Doravante, passarei à condição de residente na Região Autónoma dos Açores e de utente do Serviço Regional de Saúde, e tenho a esperança de que a evolução deste venha a permitir perspetivar um futuro risonho para as pessoas que vivem nos Açores, nesta realidade arquipelágica e com as inerentes dificuldades acrescidas face à já difícil tarefa de gerir.

Desejo a quem possa suceder-me nas minhas funções o maior êxito pessoal e profissional. O seu sucesso será o sucesso de todos nós.

Por fim, desejo ao Governo Regional e a si, Senhor Presidente do Conselho de Governo, as maiores fortunas na prossecução da nobre e difícil missão de liderar os Açores e os destinos desta Região com êxito.

Fico a torcer pelos melhores sucessos para o povo açoriano, no qual já me incluo.

Com os melhores cumprimentos, atenciosamente

Pedro Manuel Dias de Figueiredo Pereira Marques